MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 12, n.º 24, Jul./Dez. 2023

DOSSIÊ

A torre de Babel da documentação de acervos arqueológicos: uma proposta de gestão ampla em meio a inventários e catálogos diversos

The Tower of Babel in archaeological collections documentation: a broad management proposal in the midst of several inventories and catalogs

Leticia Dutra Romualdo da Silva[1]
Mario Junior Alves Polo[2]

DOI 10.26512/museologia.v12i24.49571

Resumo

Neste artigo partimos do debate sobre as particularidades da documentação museológica aplicada a acervos arqueológicos, e atentamos à falta de normatização e padronização dos instrumentos utilizados para esse fim no interior de Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs), sobretudo aquelas de maior vulto e tempo de atuação. A partir desse quadro, falamos da necessidade de se investir em uma gestão ampla dos acervos arqueológicos de uma mesma instituição, de modo a fazer com que as coleções conversem entre si, fazendo uso especialmente da normalização dos campos catalográficos e vocabulários adotados. Nessa direção, apresentamos a proposta de um protocolo de catalogação para acervos arqueológicos que pode ser adaptado a diferentes realidades.

Palavras-chave

documentação museológica; catalogação; arqueologia; acervos arqueológicos.

Abstract

In this article, we start from the debate about the particularities of museological documentation applied to archaeological collections and draw attention to the lack of standardization and uniformity of the instruments used for this purpose by repositories and museums, especially those of larger scale and longer duration. Based on this framework, we discuss the need to invest in broad and comprehensive management of archaeological collections within the same institution, in order to establish a dialogue among the collections, making use, especially, of standardization of cataloging fields and adopted vocabularies. In this direction, we present a proposal for a cataloging protocol for archaeological collections that can be adapted to different realities.

Keywords

museological documentation; cataloguing; archaeology; archaeological collections.

Introdução: particularidades da documentação em acervos arqueológicos

É prática comum de toda pesquisa arqueológica, ou quase toda, a realização de uma ficha, ou tabela que reúna dados relevantes sobre os itens de uma coleção, a partir da seleção de critérios inventariantes. Porém, esses documentos não são usualmente pensados como ferramentas para preservação desse material a longo prazo, em contexto institucional e frente a outros acervos — mesmo aqueles gerados em outras campanhas em um mesmo sítio.

A ausência de uma padronização mínima para gestão dos acervos faz com que as Instituições de Guarda e Pesquisa (IGPs), onde os itens pesquisados passam a maior parte de suas vidas a partir de sua retirada em campo, tornem-se grandes Torres de Babel. Aglomerados de tabelas, fichas, arrolamentos, ca-

1 Mestre em Arqueologia pelo PPGArq/MN/UFRJ, Arqueóloga do Museu Nacional. leticiadutra@mn.ufrj.br

2 Doutor em Arqueologia pelo PPGArq/MN/UFRJ, e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN. Gerente de Coleções Antropológicas no Museu Nacional. mariopolo@mn.ufrj.br

tálogos, livros de tombo, inventários e documentos das mais diversas naturezas formam um emaranhado de "línguas distintas" entre as diferentes coleções, que pouco ou nada conversam entre si. Documentos que precisam ser decifrados ou traduzidos para que possam fazer sentido frente a outras parcelas do acervo arqueológico salvaguardado – tanto para a gestão em âmbito institucional quanto para extroversão, novos acessos e pesquisas.

Somam-se a isso outros problemas, como o da própria diversidade tipológica dos acervos arqueológicos, e os efeitos disso quando pensamos em padrões a serem adotados para a gestão e a Conservação Preventiva. E ainda os problemas colocados pela documentação que costumamos classificar como "associada", que reúne fotografias, mapas, cadernos de campo, relatórios e documentos considerados de ordem extrínseca (MENSCH, 1987; FERREZ, 1994) aos bens arqueológicos em si, mas não menos integrantes de uma coleção arqueológica.

Para avançar na reflexão sobre as particularidades da documentação museológica aplicada a acervos arqueológicos, partimos do entendimento de que a documentação de acervos engloba um conjunto de estratégias e instrumentos dedicados à sua identificação, classificação e investigação (CAMARGO-MORO, 1986; BRUNO, 2009; CARVALHO e SCHEINER, 2014), e é indispensável nas ações de preservação e comunicação do acervo (PANISSET, 2011; SILVA e SILVA, 2016). Ela atua no registro de informações diretas sobre os bens, suas características físicas, históricas e problemas, bem como se refere ao processo de organizar e gerenciar essas informações. Enquanto prática contínua, oferece ferramentas para acompanhamento e gestão do patrimônio arqueológico, o que envolve mais do que a preservação física, mas também a promoção e realização de atividades educativas, expositivas e de pesquisa sobre ele, maximizando o seu acesso e extroversão a partir do seu reconhecimento institucional (FERREZ, 1994; CANDIDO, 2006; PANISSET, 2011; PEREIRA, 2015; KNOLL e HUCKELL, 2019).

Sob essas óticas, a documentação pode ser encarada como o resultado de uma abordagem cultural complexa (CARVALHO, 2010) que envolve responsabilidades disciplinares e a implementação de protocolos que combinem normas e orientações internacionais e nacionais, para que que a comunicação e as ações de documentação sejam efetivas (PANISSET, 2017: 38). Podemos enxergá-la como o fio que conecta todo o processo de salvaguarda do patrimônio cultural, atravessando os diversos campos disciplinares (ou atividades) que atuam diretamente na preservação do patrimônio arqueológico e que, no cenário brasileiro, está sob o guarda-chuva da legislação dedicada aos bens arqueológicos móveis, em especial da Portaria IPHAN nº 196/2016[3], sem prejuízo de outras legislações pertinentes ao tema.

Outra particularidade dos acervos arqueológicos, assentada já na Lei 3.924/61, diz respeito à importância do inventário produzido pelos profissionais de campo no que toca à patrimonialização dos bens. Trata-se do fato de que tais profissionais, por meio desse instrumento, definem o que é ou não arqueológico, em princípio. Isso difere do que ocorre com outros bens culturais, cujo processo de patrimonialização pode envolver extensos caminhos administrativos, grupos e agentes do campo das ciências do patrimônio e da sociedade em geral.

3 O foco na Portaria IPHAN 196/2016 não exclui do nosso horizonte outros instrumentos legais que versam sobre o inventário de bens culturais no Brasil, como o artigo 216, parágrafo 1º da CF 1988 e a Resolução Normativa nº 2 de 2014 do IBRAM. Compreendemos que as especificidades do patrimônio arqueológico o inserem em uma "interseção legislativa", por assim dizer, que apenas reforça a importância de sua preservação e extroversão.

Algo a ser avaliado é a repercussão disso, e uma possível sobrevalorização desses inventários produzidos no âmbito de pesquisas individuais, em detrimento dos inventários e catálogos produzidos pelos Museus e Instituições de Guarda e Pesquisa. A importância dos inventários, tombamentos ou arrolamentos gerados pelos responsáveis pelas pesquisas de campo seguramente precisa ser pensada mediante o trajeto histórico e os desdobramentos da gestão do patrimônio arqueológico no país (ver SALADINO, 2010; POLO, 2014; CHIOSSI, 2018), e seus efeitos sobre o tipo de documentação que produzimos é um ponto interessante a ser examinado.

Em dada medida é possível falar da pouca valorização da documentação museológica sobre os acervos arqueológicos, sobretudo da documentação produzida no interior das instituições dedicadas à gestão e à integração dos dados, frente à valorização da documentação produzida em campo. Esse quadro, por sua vez, abriu caminho para que instituições brasileiras tenham dificuldade em conhecer seus próprios acervos arqueológicos e fazer com que os dados de diferentes sítios e pesquisas possam dialogar entre si – e o que dirá com acervos de outras instituições.

A proposta desse artigo, nesse sentido, é partir da metáfora da Torre de Babel e discutir os percursos para a redação de um protocolo de documentação possível e aplicável a coleções arqueológicas salvaguardadas por diferentes instituições, que expanda os limites da quantificação e, ao mesmo tempo, possa atuar como ferramenta para a qualificação e revitalização destes acervos. Apresentamos uma proposta de ficha catalográfica que reúne campos indispensáveis para a gestão, história de formação das coleções e preservação das informações intrínsecas aos objetos (BOYLAN, 2004), ao mesmo tempo que permite que novas narrativas sejam construídas a partir deles, sem prejuízo a protocolos particulares de laboratórios, setores ou pesquisas pontuais. Reafirmando, assim, o compromisso com a pesquisa e a ação preservacionista de memórias e identidades (BRUNO, 2008; CÂNDIDO, 2006; PANISSET, 2011; TOLEDO, 2017).

As torres erigidas Brasil afora

Conforme afirmam Ballardo e Milder (2011: 36), em nosso país "o mais recorrente é a criação de sistemas [de documentação] por cada instituição, normalmente de forma empírica, para atender as especificidades relativas ao acervo". Esse quadro denota ser bastante comum a busca por soluções específicas e isoladas no que se refere à documentação dos acervos arqueológicos nas IGPs brasileiras.

Em instituições de grande vulto e com longo tempo de atuação, isso parece ser ainda mais complexo ao considerarmos a cristalização de determinadas práticas e instrumentos de documentação, ou ainda as idiossincrasias institucionais e a falta de diálogo entre seus setores internos.

Sabemos que possíveis carências institucionais financeiras, de infraestrutura ou de pessoal, quando confrontadas com a pressão das pesquisas realizadas tanto em âmbito acadêmico quanto para o licenciamento ambiental, fazem com que, na prática, a guarda de coleções não garanta a preservação do patrimônio arqueológico e das informações que lhe atribuem sentidos (MONTALVÃO, 2015; PEREIRA, 2015; POLO e SILVA, 2020 dentre outros). Essas carências completam um quadro de escanteamento das coleções arqueológicas (BRUNO, 2005; WICHERS, 2014; TOLEDO, 2017). E, embora, tais coleções possam ter sido objeto de análise e pesquisa, os resultados aí gerados são muitas vezes

inescrutáveis aos profissionais responsáveis pela gestão, criando-se um "descontínuo" na cadeia curatorial dos objetos (WICHERS, 2010; RIBEIRO, 2012; BUCHANAN, 2016). A ausência de integração entre a pesquisa e a documentação, enquanto prática, leva à ociosidade do patrimônio arqueológico, numa realidade na qual as instituições responsáveis pela salvaguarda desses acervos desconhecem seu potencial de extroversão e comunicação.

Como uma maneira de enfrentar essas contrariedades, no âmbito legal, a Portaria IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016 instituiu a Ficha de Cadastro de Bens Arqueológicos Móveis, com parâmetros mínimos para descrição e identificação das coleções perante a autarquia fiscalizadora – além de lançar holofotes para a situação alarmante das coleções ainda não inventariadas (ou *backlogs*). Na outra ponta, nas instituições de guarda e pesquisa, iniciativas dessa natureza nem sempre encontram capilaridade e, embora haja sempre uma sensação de muito trabalho a ser feito, o que percebemos é uma forma de gestão pragmática onde predomina o urgente ao importante e, frequentemente, a personalização das ações de gestão conforme interesses do gestor (seja ele o curador, pesquisador ou diretor da instituição).

Sobre esta personalização, cabe considerar que a documentação é invisibilizada ou tida como não-prioritária justamente porque é o produto da ação concomitante de várias pessoas, como curadores, conservadores, museólogos, arqueólogos, historiadores e cientistas da informação. Por ser produto de tantos atores institucionais e extrainstitucionais, fica sujeita a abordagens e interesses profissionais igualmente distintos. De tal modo, é compreensível que a documentação seja muito desigual e raramente integrada em um sistema amplo ou complexo (ORNA e PETTITT, 1980: 2). E a gestão do patrimônio arqueológico, em particular, é altamente multifacetada e de responsabilidade compartilhada entre diversos profissionais e campos de pesquisa. Ela se dá em espaços que favorecem essa confluência de abordagens, e é essencial que o trabalho de documentação das coleções, enquanto estratégia de identificação, classificação e investigação destas (CAMARGO-MORO, 1986; CARVALHO e SCHEINER, 2014) seja encarado pelo viés de sua indispensabilidade nas ações de preservação e comunicação do acervo (FERREZ, 1994; CERÁVOLO e TÁLAMO, 2000; PANISSET, 2011; SILVA e SILVA, 2016).

Ainda sobre a Portaria IPHAN 196/2016, cabe frisar que ela não impõe que as IGPs devam utilizar os parâmetros ali contidos em sua documentação interna, mas sim na documentação a ser entregue pelo pesquisador responsável à autarquia, como um dos produtos da pesquisa realizada. Porém, como efeito indireto, esta necessidade de "tradução" da documentação arqueológica aos termos da Portaria provoca às IGPs que adotem, em seus protocolos internos, a forma e o conteúdo propostos, produzindo assim um idioma comum.

Para além desse marco legal, é importante se reportar ao próprio amadurecimento da discussão sobre o tema no país, que se dá tanto na produção acadêmica, quanto por meio das experiências que vêm sendo desenvolvidas em muitas instituições de guarda e pesquisa. É o caso dos debates produzidos a partir das experiências no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP (AFONSO *et al*, 1997), no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia - MAE/UFBA (COSTA, 2007), no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria - LEPA/UFSM (BALLARDO e MILDER, 2011; BALLARDO, 2013) e no Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas – LAMINA/UFPEL (LEAL, 2014). Mais recentemente, no Museu

ISSN 2238-5436

de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais - MHNJB/UFMG (SILVA e SILVA, 2016), novamente a partir do MAE/UFBA (VASCONCELOS e SANTANA, 2016), no Laboratório de Documentação e Arqueologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - LADA/UFRB (SANTOS, 2016; FERNANDES e COSTA, 2019), no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas - LEPAARQ/UFPEL (MILHEIRA et al, 2017), no Museu Paraense Emílio Goeldi (SILVA, 2018) e no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe - DARQ/UFS (FRANCISCO, 2019). Alguns pontos em comum atravessam esses produtos e reflexões já tecidos sobre documentação museológica em sua aplicação a acervos arqueológicos no país, como a dificuldade para que diferentes registros conversem entre si, de uma campanha de escavação para outra, de um sítio para outro, de uma mesma tipologia de material para outra, o que dificulta o acesso e o conhecimento básico sobre a composição das coleções.

Afonso e colaboradores (1997), em sua atuação no MAE/USP, afirmaram há tempos que o desenvolvimento de um projeto de gestão ou curadoria de um dado acervo deveria começar pela normatização dos registros para controle e facilitação ao acesso. O ponto de partida adotado é o inventário.

> O projeto pretende, através da implantação dum (sic) sistema controlado, unificar a linguagem de acesso aos objetos arqueológicos, bem como às informações respectivas, além de conhecer com precisão a quantidade e a potencialidade do acervo. Este sistema controlado implica na definição de critérios de identificação, organização, registro, preservação e recuperação de dados sobre as coleções existentes (AFONSO et al, 1997: 199).

A premissa da padronização emerge como a solução mais lógica, mas também devem ser considerados os reveses envolvidos. Como garantir que os acervos tenham um idioma único de registro sem, no entanto, reduzi-los e diminuir seu potencial informativo e de ação sobre o mundo?

Uma gestão ampla e dialógica: um primeiro passo precisa ser dado

Consideradas as particularidades da documentação de acervos arqueológicos e a historicidade de como essa documentação vem sendo tratada no cenário nacional, é possível, então, traçar alguns princípios e caminhos que podem ser seguidos. E, aqui, buscamos nos concentrar sobre aqueles caminhos que conduzem a uma gestão ampla ou integrada, dos acervos, ao menos no interior de uma mesma instituição.

Juliana Monteiro e Gabriel Bevilacqua (2011) falam de gestão integrada de acervos de naturezas diversas, sobretudo por meio de sistemas informatizados de gestão.

> [...] compreendemos gestão integrada de acervos em museus como um conjunto de estratégias e procedimentos adotados no âmbito de uma instituição museológica responsável pela salvaguarda de acervos culturais de naturezas diferentes (museológica, arquivística e biblioteconômica) com o objetivo de dinamizar e qualificar fluxos de trabalho e disseminação de informação (MONTEIRO e BEVILACQUA, 2011: s/p).

Cabe ressaltar que essa perspectiva integrada de gestão de acervos não desconsidera as metodologias específicas e fundamentais colocadas pelas disciplinas, mas defende uma aproximação "técnica e ferramental híbrida e não excludente, baseada na normalização de procedimentos e no uso de sistemas informatizados de descrição e recuperação de informação de parâmetros múltiplos" (MONTEIRO e BEVILACQUA, 2011, s/p).

Ainda segundo os mesmos autores, uma gestão ampla das coleções envolve duas frentes. Uma primeira referente à demanda por uma política institucional integrada de produção, circulação e disseminação de informação, que pode estar representada por uma única plataforma ou interface de comunicação. E a segunda, referente à estruturação da instituição para que possa atuar enquanto um centro de informação, onde usuários públicos obtêm respostas às suas demandas de pesquisa por meio de um sistema integrado de recuperação, independente da natureza do acervo ou do setor responsável por sua administração. Isso implica no uso de sistemas de gerenciamento de bancos de dados que permitam a busca cruzada de informação, recuperação rápida das informações, entre outras possibilidades de consulta e acesso aos acervos.

Aqui nos valemos do conceito tratado por Monteiro e Bevilacqua (2011), mas reforçamos o caráter dialógico desse modelo de gestão integrada ou ampla, em sua capacidade de fazer frente à já descrita Torre de Babel. Trata-se de impulsionar e estimular a pesquisa, a extroversão e a salvaguarda dos acervos sem hierarquização ou segmentação pautada por interesses pessoais e acadêmicos. Isso corresponde a atuar com foco na horizontalidade e transparência das informações, na garantia de acesso e fruição, e na busca por parâmetros e procedimentos que, não apenas facilitem, mas que promovam a interlocução entre as documentações.

Um modelo de gestão como esse, tratando de acervos arqueológicos em especial, deve buscar ativamente ultrapassar as tão conhecidas barreiras colocadas pelas tradições coloniais e de loteamento ou personalização das coleções. Nos reportamos aqui às coleções "com dono", ou "com nome e sobrenome" (POLO & SILVA, 2020: 80). É preciso escapar à lógica que faz com que acervos sejam subsumidos a interesses únicos de pesquisa em detrimento de sua preservação ou extroversão. É também fundamental dirimir as idiossincrasias internas de museus universitários e instituições de grande vulto ou tempo de atuação, com trajetórias que sedimentam a separação de acervos e documentação que deveriam estar em diálogo, mas que se encontram fisicamente isolados em laboratórios, salas ou nas próprias casas de docentes, pesquisadores, curadores e profissionais afins.

De todo modo, o tipo de gestão proposta se baseia em grande medida no investimento em instrumentos que possam nos auxiliar nesse processo, direta ou indiretamente. É tanto o caso dos sistemas de gerenciamento e dos repositórios digitais, que viabilizam a disponibilização de dados ao grande público, como do uso de palavras-chave, *tags*, nuvens e mecanismos que diversificam a busca por referências e permitem cruzá-las com maior eficácia, ou ainda da atenção aos vocabulários controlados e *thesauri* que venhamos a adotar. Por fim, da própria estrutura de catalogação do acervo, passo considerado fundamental para a implementação do protocolo de gestão aqui proposto.

ISSN 2238-5436

A catalogação do acervo

Os campos de catalogação, em uma ficha catalográfica, compõem a etapa descritiva e classificatória da cadeia operatória museológica (CAMARGO-MORO, 1986) e reúnem as informações sobre os itens de uma coleção, como sua entrada na instituição, suas dimensões físicas ou sua eventual alienação ou perda. O processo de catalogação se traduz na maneira inequívoca de estabelecer responsabilidades institucionais pela guarda dessas coleções e, por consequência, a possibilidade de acesso a elas.

Aqui é preciso retomar o fato de que a pesquisa arqueológica pode se voltar a qualquer tipo de materialidade, não se restringindo sequer a toda a produção artefatual humana – o que já seria impalpável –, mas também aos assim chamados ecofatos e outros bens que ultrapassam as barreiras entre o humano e o natural, ou entre o artificial e o orgânico. Além disso, com a virada ontológica (ver HOLBRAAD e PEDERSEN, 2007) e as novas arqueologias sensíveis às teorias nativas, os saberes tradicionais e os diferentes status ontológicos dos objetos, as possibilidades apenas se amplificam.

Assumir as limitações de um catálogo, e da própria ação de catalogar, é o primeiro passo a ser dado. Entender que se trata de um saber localizado (sensu HARAWAY, 1995), e a partir daí vislumbrar caminhos possíveis, como a produção de protocolos que integrem saberes acadêmicos das Ciências do Patrimônio (MONTALVÃO, 2015) a saberes não acadêmicos. Ao fazê-lo, é fundamental não perder de vista os objetivos de um instrumento como esse. Fazer conversarem entre si os itens de uma coleção é o objetivo mais básico. Fazer com que uma coleção converse com as demais pode ser o objetivo decorrente. Trata-se de garantir que a instituição conheça profundamente os acervos que guarda consigo para que seja capaz de articulá-los entre si e externamente.

Reportamos também a Foucault em "As Palavras e as Coisas" (1999) e sua alegoria do mapa que, por tentar dar conta de todo um território, acaba por ficar quase do tamanho deste mesmo território. Um catálogo não deve pretender traduzir definitivamente toda uma coleção, ou se colocar no lugar dela. O problema da *representação* se coloca aqui, e, mais uma vez, é preciso se ater aos objetivos de cada instrumento, para que a documentação não se perca em suas vastas possibilidades.

A utilização de um protocolo de catalogação, enfim, pode ser pensada de forma com que ele atue menos como uma ferramenta que produz rigidez, simplificação ou controle dos acervos[4], e mais como um idioma comum capaz de permitir que mais pessoas e coisas dialoguem.

A ideia é que pudéssemos acompanhar sua aplicação, garantindo sua avaliação contínua e sua dinamicidade. Não se buscou assim a produção de um protocolo estanque, mas que possa ser revisto e adaptado, bem como aberto a contribuições de diferentes agentes, reforçando seu caráter dialógico. Mas, ainda assim, um protocolo voltado à padronização dos dados dos acervos arqueológicos sob guarda da instituição.

Tendo em mente essas questões, iniciamos a exposição do protocolo desenvolvido pelos autores, atualmente em aplicação junto ao setor de Arqueologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - MN/UFRJ. Ele foi desenvolvido com o fim último de qualificação das coleções desta

4 E esta é uma possibilidade alertada e discutida por Carlos Costa (2007), para quem a atividade de documentação museológica pode operar a anulação de importantes informações dos materiais arqueológicos, isolando-os de seus contextos e limitando as alternativas de construção do conhecimento.

instituição como um todo, priorizando práticas e diretrizes profissionais desejáveis de curadoria, gestão e preservação do patrimônio arqueológico (BOYLAN, 2004), se apresentando como uma alternativa possível e aplicável a coleções arqueológicas.

Seu ponto de partida foi uma ficha catalográfica (o "Catálogo de Itens") responsável por reunir as informações específicas sobre os itens[5] que compõem o acervo da instituição. De forma subjacente, além do Catálogo de Itens, a proposta inclui outros dois catálogos: o de coleções e o de documentação associada[6]. O primeiro para registro de informações sumárias de caracterização das coleções que integram o acervo, como código da coleção, nome, doador, número total de itens e se possui (ou não) documentos associados. O segundo que se propõe a ser uma aproximação a uma gestão documental, e que lista toda a documentação acessível e pertinente às coleções[7].

Coleções que conversam entre si: os Catálogos de Coleções e de Documentação Associada

Ao propor uma regra de organização para a acervos arqueológicos, recorremos ao conceito de coleção, conforme definido na Portaria IPHAN n.º 196/2016: uma coleção é uma reunião de bens com a mesma motivação, seja ela a tipologia material, o sítio, o colecionador, etc. Nesse sentido, adotamos como critério primordial para identificar uma coleção o de Sítio Arqueológico, incluindo na mesma coleção itens gerados a partir de campanhas distintas no mesmo sítio.

À identificação de uma coleção, se segue a atribuição de um código numérico único, de maneira sequencial, que identifica essa coleção e a conecta com todos os itens que a compõem. Ao serem registradas em um catálogo próprio, conferimos para cada coleção uma forma unificada de registro e acompanhamento de seu histórico, quantidade de itens, entre outras possibilidades. Esse Catálogo também apoia a manutenção de um inventário para as coleções arqueológicas, contando com campos de quantificação e localização para fins de auditoria.

Outros critérios também podem ser considerados para a classificação das coleções. Ressaltamos que, para tanto, deve ser observado o contexto próprio de cada instituição e a história de formação do seu acervo. Para o caso específico do Museu Nacional, optamos por adotar como critérios secundários para cadastro de coleções o nome do pesquisador/doador, primando pela manutenção de coleções históricas, mas também considerando doações de particulares; e a proveniência geográfica, enquanto critério aplicado para os casos em que podemos inserir a coleção dentro de um contexto de pesquisa regional

5 Consideramos item como a unidade menor de registro e catalogação, podendo ser composta de peças inteiras (que deverão ser catalogadas separadamente) ou conjuntos de bens, os quais chamaremos de lotes.

6 Entendemos que o termo "documentação associada" corresponda a qualquer documento referente ao histórico de aquisição, registro, pesquisa e incorporação dos objetos ao acervo do Museu, incluindo relatórios de pesquisa e escavação de Sítios Arqueológicos, documentação referente a permissão de guarda do material (no caso de materiais provenientes de pesquisas autorizadas pelo IPHAN), relatórios de conservação, imagens, cadernetas de campo, mapas e fotografias do sítio, criadas tanto pela instituição ou por pesquisadores e possuidores anteriores dessas coleções (PEARCE, 1990; CIDOC, 1995; FOWLER; GIVENS, 1995).

7 A opção por manter três catálogos separados refere-se diretamente às limitações da instituição em obter um banco de dados relacional que operasse o cruzamento e gerenciamento de todos esses dados em um único sistema.

mais abrangente, quando por algum motivo não se conhece o Sítio Arqueológico de proveniência (LIMA e RABELLO, 2007).

Conforme destacado ao longo do texto, as coleções identificadas compreendem não somente acervo material, mas o acervo documental associado à pesquisa ou aquisição de tal coleção (PEARCE, 1990; FOWLER; GIVENS, 2005; BUCHANAN, 2016). A boa gestão da documentação associada às coleções é multifatorial e impacta tanto o processo de catalogação, quanto assegura a longevidade desse processo, pois permite acesso aos objetos e coleções para ações de preservação, pesquisa e sua promoção, possibilitando a criação de narrativas expositivas para a apresentação dos objetos arqueológicos para o público, o retorno ao material para futura pesquisas e reverter possíveis ações de conservação (CIDOC, 1995; BUCHANAN, 2016). Isto posto, os procedimentos para registro e manutenção desse tipo de acervo em específico são também alvo de um catálogo único.

O Catálogo de Documentação Associada foi encarado como um recurso para registrar de maneira sucinta a existência de acervo documental referente a cada coleção. Recorremos principalmente à política de preservação digital do ARQUIVO NACIONAL (2016), para estabelecer dados mínimos necessárias para viabilizar seu acesso conforme detalhado abaixo:

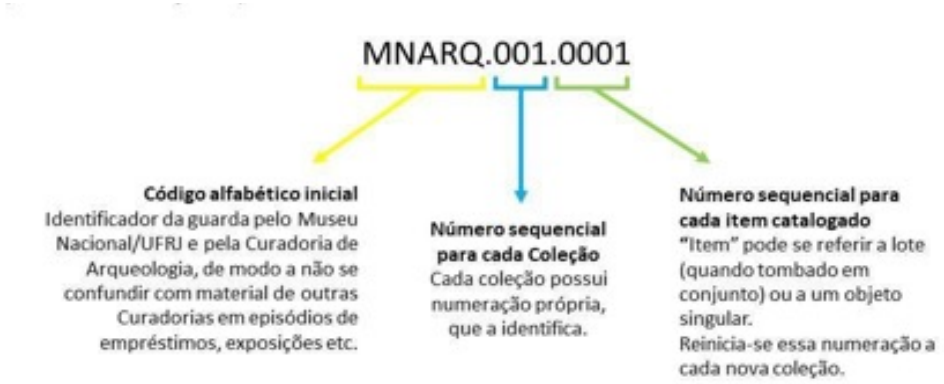
Título;
Autor;
Formato/Tipo;
Nome da Coleção;
Data de criação;
Âmbito e conteúdo;
Dimensão;
Técnico responsável pelo registro.

Numeração e Registro de itens

Antes de partirmos para o Catálogo de Itens, é importante se ater ao número de registro dos itens. O número de registro é tido como número de identificação único e permanente de cada item da coleção, sendo a verdadeira base para o controle do objeto com o máximo de segurança (DUDLEY *et al,* 1979). Expressa a identidade inequívoca do item e o qualifica como pertencente dentro da coleção da Instituição. Também o relaciona com toda a sua documentação, a saber: fotografias, diagnósticos de conservação, publicações, histórico de exposições, devendo ser referenciado em todos esses documentos. (CAMARGO-MORO,1986; PANISSET,2011).

A definição de um procedimento para registro dos itens é prerrogativa das instituições, referendada inclusive pela Lei 11.904/2009 para o caso específico dos museus, considerando suas normativas internas, histórico de formação de coleções, e até mesmo o volume do acervo. Isto posto, após considerar esses e outros fatores, a opção que se mostrou mais adequada para o contexto de gestão do patrimônio arqueológico sob guarda do Museu Nacional/UFRJ foi a adoção de uma numeração tripartite (Figura 1), combinando uma sigla identificadora da Instituição/Departamento e dois códigos numéricos sequenciais referentes respectivamente à Coleção e ao Item catalogado separadas pelo sinal de pontuação do ponto final (.), como segue na ilustração.

Figura 1. Partes da numeração de registro adotada.



Exemplo da numeração de registro adotada. Retirada de SILVA, Letícia Dutra Romualdo da; POLO, Mario Junior Alves. Manual para Curadoria, Catalogação e Tombamento das Coleções sob guarda do Setor de Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. 2020. (não publicado)

O modelo aqui proposto permite: a identificação institucional do item frente a eventos de empréstimo, ou divulgação em outros meios de comunicação tais como publicações científicas, redes sociais, etc.; a contextualização do item dentro de sua coleção; e a rápida contabilização dos itens catalogados a partir da numeração sequencial dos itens de cada coleção. Na prática também permite que diferentes coleções possam ser processadas concomitantemente e sem o risco de sobreposição de numeração, agilizando o processo de registro e catalogação.

Por fim, é importante considerar que a escolha de um padrão de registro não elimina situações e protocolos particulares para cada coleção, em especial a coexistência do número de catalogação da Curadoria e um número de identificação adotado especificamente no sítio ou pesquisa. Ocorre que, para fins da gestão do patrimônio, o número de identificação a ser tomado como referência em quaisquer situações é o número de registro, embora as outras numerações, quando existentes, devam ser devidamente registradas na ficha catalográfica no campo Números Anteriores. Entendemos que todas as formas de numeração não são concorrentes, mas, antes, compõem a história dos itens dentro da instituição. A numeração adotada, contudo, permite a integração de todas as coleções de um mesmo setor, centralizando a gestão do acervo, independentemente de pesquisador ou doador responsável pela geração dos acervos.

O idioma comum: o catálogo de itens

O Catálogo de Itens foi construído considerando-se os objetivos propostos nos documentos *International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories* (CIDOC, 1995) e *Running a Museum: a practical handbook* (BOYLAN, 2004) publicado pelo ICOM. Eles reúnem os campos catalográficos com base em seus objetivos e estabelecem três grupos de informações relevantes para a identificação, conservação e extroversão das coleções de forma ampla e integrada, a saber: gerenciamento e segurança do acervo; identificação e descrição; histórico e contexto. Nesse sentido, definimos os seguintes campos:

ISSN 2238-5436

Tabela 1. Campos catalográficos que compõem o
Catálogo de Itens proposto, divididos em três grupos de informações.

Gerenciamento/Segurança	Identificação e Descrição	Histórico e Contexto
Número de Registro	Descrição	Nome da coleção
Forma de Aquisição	Imagens/Fotografias	Números anteriores
Data de Entrada	Dimensões	Sítio/Lugar de coleta
Pesquisador responsável/coletor/ doador	Peso	Categoria de sítio
Localização habitual	Categoria	Contexto arqueológico
Localização atual	Tipologia de material	Município/UF/Localidade
Notas de conservação	Especificação tipológica	Coordenadas
Alienação/Descarte	Técnica	Localização no sítio
Data do Registro	Decoração	Camada estratigráfica
Responsável pelo Registro		Data de coleta
		Datação/Período
		Observações

Campos catalográficos que compõem o Catálogo de Itens proposto, divididos em três grupos de informações.
Fonte: Elaborada pelos autores.

O primeiro grupo congrega os campos referentes às questões de segurança e gerenciamento das coleções, como sua entrada na instituição e sua eventual alienação ou perda. Funciona como um controle patrimonial dos objetos, atribuindo, a partir do *número* de registro, a identidade deles dentro da instituição e mantendo um histórico de movimentação e localização dos itens, uma vez que, concordando com Ferrez (1994), a catalogação não encerra a documentação da vida desse objeto.

O foco do segundo grupo é classificar os itens da coleção com base em suas propriedades físicas, o que Ferrez (1994) denomina de informações intrínsecas ao objeto. Nesse grupo procuramos reunir informações de diversas categorias de objetos da maneira mais abrangente possível de forma a permitir o seu reconhecimento objetos a partir do preenchimento desses campos.

Por fim, o último grupo faz a correlação do objeto arqueológico a seu contexto de pesquisa/escavação, cumprindo o papel de unir catalogação museológica com as informações contextuais da Arqueologia. Ao propor tais campos, foi nossa pretensão abranger ao mesmo tempo o objetivo clássico de catalogação e marcar o protagonismo das narrativas construídas pelas pesquisas que deram origem à maior parte destas coleções. A Arqueologia propõe uma análise multifacetada e multidimensional dos objetos escavados, que só fazem sentido quando colocados e confrontados com seus contextos. Assim, os campos que envolvem essa catalogação são de naturezas diferentes dos de uma obra de arte, por exemplo. Dessa forma, a catalogação, como ferramenta museológica, se beneficia sobremaneira de um olhar arqueológico sobre os campos e maneiras de preenchê-los, de forma a deixar mais claro esses relacionamentos entre os objetos cadastrados e seus atributos (THOMSON, 2014).

De todos os campos catalográficos propostos neste protocolo de catalogação, alguns são seguramente mais conflituosos e divergentes. Muitas vezes a escolha e padronização do tipo de informação a ser disposta é suficiente para que esses conflitos sejam dirimidos, como é o caso do campo dedicado às coordenadas geográficas. Uma vez definido que um dado sistema de georreferenciamento será adotado, como o sistema de coordenadas Universal Transverse Mercator (UTM), a padronização e o diálogo entre diferentes bens ficam relati-

vamente garantidos nesse quesito, permitindo que mapas e cartas arqueológicas sejam mais facilmente produzidos a partir do mesmo catálogo. A dificuldade, por sua vez, passa a se concentrar na adaptação ou "tradução" das coordenadas de outros bens que já tenham sido registrados em outros sistemas de representação, como SAD69 ou WGS-84.

Outro exemplo é o campo dedicado às dimensões físicas do objeto, que pode estar dividido entre os campos de peso e tamanho. Aqui basta a definição sobre quais os sistemas de medidas adotados e a disposição dessas informações (como exemplo: largura x comprimento x profundidade, em centímetros). Diferentes formatos de objetos podem impor soluções próprias, mas em geral elas irão dialogar com o padrão estabelecido. Contudo, é importante que essas regras estejam especificadas e acessíveis ao preenchedor dos campos.

Outros campos, por sua vez, são inevitavelmente problemáticos, por sua própria pretensão em prescrever as possibilidades daquilo que pode ser identificado em uma coleção arqueológica. É o caso dos campos dedicados à diversidade tipológica, de matéria-prima ou de categoria do objeto, conforme supracitado.

Por todos esses pontos, ressaltamos que a estruturação de campos catalográficos não deve ser encarada, por si só, como um protocolo de catalogação. Ela deve ser acompanhada por um manual de preenchimento e de procedimentos, bem como uma lista de termos autorizados para uso (PANISSET, 2017). Como é preconizado em diversos manuais de catalogação, o uso de regras para vocabulário e terminologias contribui para a produção de uma documentação consistente, com informações de rápida recuperação (CIDOC, 1995). É nesse sentido que, em um primeiro momento, tomamos como referência principal de vocabulário a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, implementada pela Portaria IPHAN nº 196/2016. Contudo, o andamento do trabalho, as especificidades dos materiais e as qualificações dos pesquisadores que participam do processo de catalogação são fatores importantes que extrapolam o alcance da Portaria supracitada. Novos termos podem e devem ser adicionados, ou modificados, bem como novos referenciais terminológicos podem ser adotados visando uma melhor descrição dos itens e das coleções — desde que passem a integrar o manual ou protocolo concernente.

Considerações finais: Documentação é prática, é processo, é protocolo

As particularidades da gestão de acervos arqueológicos, assim como bem descrito por Vasconcelos e Alcântara (2017), perfazem caminhos tortuosos para a sua preservação. De um lado, o grande volume desses acervos funciona como um impeditivo, desanimando aqueles dispostos a encarar essa tarefa. Por outro, as dificuldades em percorrer esses caminhos e propor soluções pragmáticas para uma gestão integrada acabam por sedimentar o quadro descrito por Bruno (1995) de desconhecimento — neste caso, pelas próprias instituições — e de ausência de reconhecimento público sobre o patrimônio arqueológico brasileiro.

A dificuldade em comunicar o patrimônio arqueológico implica em problemas sérios no envolvimento da comunidade com a arqueologia, e no próprio interesse da área acadêmica e gestores de Instituições de Guarda por pesquisas na área de gestão e preservação. Segundo Pardi, "se a pesquisa não fosse uma necessidade legal, dificilmente a arqueologia se desenvolveria no país" (PARDI, 2002: 220).

ISSN 2238-5436

Para Pereira (2015), a única maneira de resolver essas questões é, enfim, conferir protagonismo às coleções salvaguardadas em relação ao seu status de patrimônio, através da valorização das funções das reservas técnicas pelos próprios profissionais do patrimônio. Conforme destaca a autora, "As instituições com coleções arqueológicas salvaguardadas precisam reconhecer que seus acervos são patrimônios públicos e que, deste modo, possuem a obrigação de torná-los disponíveis ao público" (PEREIRA, 2015: 110).

A documentação museológica mostrou-se para nós como a porta de entrada para pensarmos novas formas de apropriação e promoção das coleções arqueológicas. Documentar o acervo vai além de uma questão de preservação de sua materialidade. Também diz respeito à preservação do potencial de pesquisa e ressignificação.

O protocolo aqui apresentado foi redigido considerando a interlocução primordial entre as funções de salvaguarda. O "Catálogo de Itens" permite um processamento individualizado e completo, por coleção e por item, ao mesmo tempo que possibilita a difusão de informações mínimas sobre essas coleções. O "Catálogo de Coleções" fornece parâmetros para o gerenciamento integrado de todo o acervo sob tutela de uma instituição. E o registro cuidadoso da documentação associada disponível completa o protocolo, com base em um diagnóstico de necessidades de conservação, significância e informação associada disponível.

A aplicação pura e simples de um protocolo de documentação, contudo, de nada serve se ela não vier acompanhada de reflexões constantes de seus efeitos — além de um investimento e envolvimento institucional. É fundamental encarar essa tarefa como uma operação permanente, sistemática e ao mesmo tempo dinâmica.

Agradecimentos

Agradecemos ao Professor Marcos André Torres de Souza pelas contribuições feitas para a redação da proposta, à equipe técnica da Curadoria de Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ e à Barbara Xavier, Gusthavo Gonçalves e Thaisa Cambiano por atuarem na aplicação da proposta e seguirem refletindo conosco sobre seu alcance.

Referências

AFONSO, Marisa Coutinho; BOTTALLO, Marilúcia; PIEDADE, Silvia Cristina; MORAIS, José Luiz de. Curadoria das coleções arqueológicas pré-históricas brasileiras no MAE/USP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 7, p. 199-201, 1997.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *AN Digital*: política de preservação digital. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder; MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM. *Cadernos do Lepaarq*: Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas, p.27-40, 2011.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. *Documentação museológica*: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

BOYLAN, Patrick J. (Ed.). *Running a Museum*: a practical handbook. Paris: ICOM, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1961.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. IBRAM. Resolução Normativa nº 02, de 02 de agosto de 2014. Diário Oficial da União, Brasília DF, 1 de setembro de 2014.

BRASIL. IPHAN. Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de maio de 2016, Seção 1, p. 39.

BRASIL. IPHAN. Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de maio de 2016, Seção 1, p. 84.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília*, v. 1, n. 31, p.234-247, 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Musealização da Arqueologia*: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus, identidades e patrimônio cultural. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento 7, p. 145-151, 2008.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Estudos de Cultura Material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, Marcus e RANGEL, Marcio (Orgs). *Cultura Material e patrimônio da Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências afins – MAST, v.1, 2009, p. 14

BUCHANAN, Sarah Alix. *A provenance research study of archaeological curation.* 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Filosofia). University Of Texas, Austin, 2016.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. *Museus:* aquisição e documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: NASCIMENTO, Silvana Souza do; TOLENTINO, Átila; CHAGAS, Mário (Ed.). *Caderno de Diretrizes Museológicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 31-77.

ISSN 2238-5436

CARVALHO, Claudia Rodrigues de. *Plano de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa*: documentação para preservação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Memória e Informação, 2010. Projeto. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB_Selecao_de_Bolsistas_2010_Documentacao_e_Preservacao.pdf>.

CARVALHO, Luciana; SCHEINER, Tereza. *Reflexões sobre museologia*: documentação em museus ou museológica?. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/189036. Acesso em: 19 abr. 2023.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,* São Paulo, v. 10, p. 241-253, 2000.

CIDOC. International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories. Comité International pour la Documentation, Conseil International des Musées. 1995.

CHIOSSI, Bruno Perea. *Conservação Arqueológica:* Reflexões e possibilidades. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Proposta de instrumento documental museológico para as coleções arqueológicas do MAE/UFBA. *Revista Eletrônica Jovem Museologia*, 2 (4), 2007.

DUDLEY, Dorothy; BEZOLD, Irma (Orgs.). *Museum registration methods*. 3. ed. Washington, DC: American Association of Museums, 1979.

FERNANDES, Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto. Procedimentos Iniciais de Documentação em Coletas Arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia – UFRB. *Revista Habitus* - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 16(2), 345–360. 2019. https://doi.org/10.18224/hab.v16i2.5992

FERREZ, Helena Dobb. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *Cadernos de Ensaio*, n. 2, Estudos de Museologia, Rio de Janeiro: MinC / IPHAN, p. 64-74, 1994.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOWLER, Don; GIVENS, Douglas. The records of archaeology. In: SILVERMAN, Sydel; PAREZO, Nancy J. (Eds.). *Preserving the Anthropological Record*. 2. ed. Nova York: Wenner-Gren Foundation For Anthropological Research, Inc., 1995. Disponível em: https://copar.org/par/index.htm. Acesso em: 18 set. 2020.

FRANCISCO, Juliana Pereira. Catalogação e documentação do acervo arqueológico do DARQ/UFS. XX Congresso da SAB. Resumos expandidos. Pelotas, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten Axel. *The ontological turn: an anthropological exposition*. Cambridge University Press, 2017.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories. 1995. Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/DocStandards/guidelines1995.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

KNOLL, Michelle; HUCKELL, Bruce. Guidelines for preparing legacy archaeological collections for curation. Washington: Society For American Archaeology, 2019. Disponível em: https://documents.saa.org/container/docs/default-source/doc-careerpractice/saa-guidelines-for-preparing-legacy-arch-collections.pdf?sfvrsn=5a6a1e5_2. Acesso em: 07 maio 2021.

MILHEIRA, Rafael; PEIXOTO, Luciana; CALDAS, Karen; AZEVEDO, Paula. Política de Gestão da Reserva Técnica sob a salvaguarda do LEPAARQ-UFPEL. Pelotas, 2017.

Miller, Mark E. Key Issues in Archaeological Collections Management. Museum Anthropology, American Anthropological Association, 23(2), 6-8, 1999.

MENSCH, Peter van. Museology and the object as data carrier. In: *Object, museum, Museology, an eternal triangle*. Leiden: Reinwardt Academy. Reinwardt Cahiers, 1987.

LEAL, Ana Paula da Rosa. *Arqueologia, Museologia e Conservação*: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS). Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas. 2014.

LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela. Coleções Arqueológicas em Perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. In: LIMA, Tania Andrade (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*: Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. 33. ed. Brasília: Iphan, 2007. p. 245-275.

MONTALVÃO, Ana Carolina Motta Rocha. *Ciência do Patrimônio*: a gestão do patrimônio arqueológico no âmbito do licenciamento ambiental em Minas Gerais. 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Artes, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MONTEIRO, Juliana; BEVILACQUA, Gabriel. Gestão Integrada de acervos: questões contemporâneas. *Anais do 2º Seminário Científico*: Arquivologia e Biblioteconomia/UNESP Marília. 2011.

ORNA, Elizabeth, PETTITT, Charles. *Information handling in museums*. London: Clive Bingley, 1980. 190p.

ISSN 2238-5436

PANISSET, Ana Martins. *O Inventário como Ferramenta de Diagnóstico e Conservação Preventiva*: Estudo de caso da coleção "Santos de Casa" de Marcia de Moura Castro. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PANISSET, Ana Martins. *A documentação como ferramenta de preservação: protocolos para documentação e gestão do acervo arquivístico da UFMG*. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Artes, Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PARDI, Maria Lucia Franco. *Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural). Universidade Católica de Goiás. 2003.

PEARCE, Susan M. *Archaeological Curatorship*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1990.

PEREIRA, Daiane. *Reserva Técnica Viva:* extroversão do patrimônio arqueológico no laboratório de arqueologia Peter Hilbert. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Sergipe, Laranjeiras, 2015.

POLO, Mario Junior Alves. *Dos instrumentos jurídicos e práticas do IPHAN para a arqueologia*: o termo de ajustamento de conduta. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, Rio de Janeiro. 2014.

POLO, Mario Junior Alves; SILVA, Letícia Dutra Romualdo da. A gestão das coleções arqueológicas no Museu Nacional, UFRJ. Revista de Arqueologia, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 63-86, 28 dez. 2020. *Revista de Arqueologia da SAB*. http://dx.doi.org/10.24885/sab.v33i3.857.

RIBEIRO, Diego Lemos. *A Musealização da Arqueologia*: um estudo dos Museus de Arqueologia do Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidade de São Paulo, 2012.

SALADINO, Alejandra. *Prospecções:* o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2010.

SANTOS, Naiara Santana do Nascimento. *Documentação Museológica*: Gestão e Extroversão do Acervo Arqueológico. Trabalho de Conclusão de Curso (Museologia). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2016.

SILVA, Letícia Dutra Romualdo da; SILVA, Martha Maria de Castro e. Acervos Arqueológicos Pré-Históricos: o inventário como ferramenta essencial de uma política de gestão. In: *Anais do IV Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico.* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 389-400.

SILVA, Letícia Dutra Romualdo da; POLO, Mario Junior Alves. Manual para Curadoria, Catalogação e Tombamento das Coleções sob guarda do Setor de Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ. 2020. (não publicado)

SILVA, Jaiane Lima da. *A documentação museológica do acervo metálico dos sítios de Gurupá (PA)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Museologia). Universidade Federal do Pará. 2018.

THOMSON, Karen. *Handling the Curation Crisis*: database management for archaeological collections. Tese (Doutorado). Communication and Arts, Seton Hall University, South Orange, 2014.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *Musealização da Arqueologia e Conservação Arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de; SANTANA, Celina Rosa. Arqueologia e Documentos Associados: a conservação do arquivo pessoal de Valentin Calderón. *Anais do IV Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico*, Rio de Janeiro, p.317-330, 2016

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de; ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma Reserva Técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos do MAE/UFBA. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas/SP, v.11, n.2, 2017, p.153-165.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico*: (Des)Caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado em Museologia), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

WICHERS, Camila Azevedo Moraes. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2/ v.27, n.1 p.16-39, 2013/2014.

Recebido em julho de 2023. Aprovado em setembro de 2023.